

Explorações e Impactos do Turismo: Moçambique Como Roteiro Turístico Internacional

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.18>

Carlos Estrela Brito

Centro de Ensino à Distância, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique
est.carlos@gmail.com

Sandra Manuel Perides Pereira Lopes Estrela Brito

Departamento de Geografia, Faculdade de Letras e Ciências Sociais,
Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique
lopes.brito@gmail.com

Resumo

Neste artigo, mostramos que o turismo se impõe como um fenómeno económico, social, cultural e ambiental, sendo estes os impactos a serem avaliados antes da implementação de um roteiro turístico. Por isso, deve ser avaliado dentro das seguintes perspectivas: da geografia, da economia, da psicologia, da gestão e socioculturalmente, uma vez que o turismo tem apresentado impactos, os quais devem ser levados em consideração, tais como os económicos, os sociais, os culturais e os ambientais, pois exercem influência nos diversos sectores da economia, seja ela local, regional, nacional ou internacional. Tendo em vista que o turismo é uma actividade em expansão no mundo, em Moçambique não poderia ser diferente. É com essa abordagem que se pretende estudar Moçambique como roteiro turístico internacional, cujo fluxo turístico vem ocasionando impactos socioculturais, económicos e ambientais. Como metodologia, adoptou-se a pesquisa bibliográfica, com várias concepções de autores que já trataram do assunto.

Palavras-chave

cultura, turismo, impactos, exploração

Introdução

Este trabalho aborda alguns temas que derivam e/ou influenciam o estudo do turismo. Desse modo, este artigo trata do tema “Explorações e Impactos do Turismo: Moçambique Como Roteiro Turístico Internacional”, pois, actualmente, o turismo não é entendido somente como uma actividade de lazer ligada ao ócio e à recreação, mas uma actividade económica importante, que gera muitos empregos e tem o poder de transformar lugares inteiros para que ele possa se desenvolver, alterando o cotidiano das comunidades onde ele se insere, e, de certa forma, suas tradições, costumes e modos de agir.

As discussões sobre o turismo e a cultura têm suscitado um crescente interesse pelas dinâmicas dos processos endógenos das regiões e do local, como elementos determinantes para o desenvolvimento.

Considerando que o turismo é uma actividade em expansão no mundo, em Moçambique não poderia ser diferente; é com essa abordagem que se pretende estudar Moçambique como roteiro turístico internacional, cujo fluxo turístico vem ocasionando impactos socioculturais, económicos e ambientais.

Como metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica, onde se apresenta várias concepções de autores que já trataram o tema. Para melhor compreensão da abordagem que esta pesquisa adota, o trabalho está estruturado em quatro partes: introdução, em que é feita a contextualização do tema e discutida a problemática; seguida de uma breve abordagem conceitual sobre cultura e turismo; em seguida adentra-se ao tema das explorações e impactos do turismo; depois falaremos sobre Moçambique como roteiro turístico e terminamos com algumas considerações finais.

Breve Abordagem Conceitual Sobre Cultura e Turismo

Cultura

Neste artigo, nos apropriaremos das contribuições teóricas das ciências sociais, para conceituar cultura. Geertz (1997/2018), por exemplo, conceitua o vocábulo cultura como uma teia, onde o indivíduo enquanto um ser social está amarrado aos seus significados. Para o autor, nossa vida social é mediada pela cultura, que é o que nos identifica e nos diferencia. Em outras palavras, a cultura pode ser entendida como um emaranhado de símbolos e significados que englobam determinados grupos sociais, sendo possível de ser interpretado.

No entendimento de Castells (2000), a cultura é importante elemento da identidade dos grupos sociais, construída colectivamente, por meio da história, da geografia, das instituições e da memória colectiva. Este autor também explica que as identidades são dinâmicas, organizadas e reorganizadas conforme sejam os contextos sociais.

Assim, a cultura é importante na organização das actividades turísticas, tornando visíveis as singularidades do modo de vida dos grupos sociais, resultando na

importância da preservação e do reconhecimento do património cultural das sociedades/etnias, pois os elementos culturais são mantidos pela tradição oral, pela vida comunitária e por práticas sociais que causam poucos impactos no ambiente. Concluindo, o turismo pode contribuir para fortalecer a cultura local ou transformá-la em produto turístico ou mero espetáculo para os turistas. Por isso, segundo Bobbio (1988/2004), cabe ao Estado o poder de normatizar, legislar, fiscalizar e implantar as políticas sobre cultura no país.

Turismo

Duas abordagens para o entendimento do turismo são apresentadas por Banducci e Barretto (2001): a primeira delinea o turismo como um “tipo específico de deslocamento praticado por um tipo específico de viajante que é o turista” (p. 7), definindo o turismo pelo tempo de permanência do “viajante” fora de casa e pelo seu estado de espírito. A segunda conceitua turismo como um fenómeno social, “porque faz parte das necessidades criadas pelo mundo moderno”, caracterizando-se como uma das formas de consumo criadas a partir da Revolução Industrial do século XIX: “o turismo passou a ser a forma mais procurada de lazer e, na atualidade, fazer turismo tornou-se uma aspiração de todos os incluídos na sociedade global de consumo” (Banducci & Barretto, 2001, p. 8).

No mesmo sentido caminha Moesch (2002), ao salientar que o turismo é, antes de tudo, uma prática cultural. A autora conceitua turismo como: “uma combinação complexa de inter-relacionamento entre produção e serviços, em cuja composição integra-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais” (Moesch, 2002, p. 9).

Explorações e Impactos do Turismo

Explorações

Os autores Flores e Mendes (2014), em seu artigo “Perspectivas do Destino Turístico: Repensando o Sentido do Conceito”, publicado em 2014, apresentam cinco perspectivas sobre o destino turístico que influenciaram o direcionamento dos estudos sobre o tema, podendo-se observar que elas não são sequenciais e nem excludentes, mas evolutivas com as mudanças ambientais. Tais perspectivas adotadas neste nosso artigo devem ser observadas no momento da exploração do turismo.

Perspectivas da Geografia

Para a geografia, o destino turístico apresenta-se numa área com limites físicos definidos, configurando-se um elemento integrante do sistema turístico e descrito por Leiper (1979, como citado em Flores & Mendes, 2014) como o lugar que possui recursos naturais ou construídos pelo humano, que atrai turistas para ficarem temporariamente. Cooper (2001, como citado em Flores & Mendes, 2014) enfatiza que são

as atrações de uma localização geográfica que fazem os turistas desejar visitá-la e complementa que as demandas modificam a estrutura e o carácter do destino pela geração de ofertas e mudanças nos seus elementos constitutivos, sendo que essas mudanças devem ser objecto de planeamento e desenvolvimento do turismo.

Na concepção de Becker (2014, como citado em Flores & Mendes, 2014), a principal relação entre a geografia e o turismo se estabelece no espaço geográfico como ali-cerce da oferta turística. “Assim, o espaço geográfico modifica-se constantemente, e as paisagens incorporam novos objectos e novas técnicas criadas pelo conhecimento e pelo trabalho humano, elaborando bens e serviços necessários à satisfação da necessidade turística e que se exprimem no consumo turístico” (Becker (2014, como citado em Flores & Mendes, 2014, p. 56).

Observa-se que, para a geografia, o objecto está na análise do movimento turístico e seu impacto. Um destino une todos os aspectos do turismo, a demanda, o transporte, a oferta e a comercialização, em uma estrutura conveniente para visitar.

Perspectivas da Economia

Nessa perspectiva, o processo de planeamento e gestão de territórios turísticos, de acordo com Anjos et al. (2013, como citados em Flores & Mendes, 2014), deve ter como pressuposto a visão sistémica, possibilitando a compreensão da complexidade do mundo real, cada vez mais perceptível como recurso indispensável para enfrentar os desafios de ordem económica, financeira e mercadológica. E complementam que a produção de um destino turístico depende de programação integrada e interdisciplinar, assim como o equilíbrio do conjunto, constituindo-se factor determinante que se realiza acompanhando passos, critérios e factos, atraindo também investidores que impulsionam a expansão da cidade caracterizando o turismo como fonte económica do destino.

Segundo Andergassen et al. (2013, como citados em Flores & Mendes, 2014), a economia de destinos estuda a relação entre a demanda (diferentes tipos de turistas hospedados no destino) e suprimento (pelo *mix* de firmas localizadas no território) para todo o produto turístico. Em geral, um destino pode oferecer diferentes tipos de férias para os diferentes tipos de turismo, cada um possivelmente caracterizado por um *mix* diferente de produtos e serviços específicos, incluindo os recursos locais e alojamento. Portanto, o produto de turismo é constituído por todos os bens e serviços específicos do destino e não específicos do turismo que são exigidos durante um dia de férias, a sua quantidade é medida pelo número de dormidas e seu valor é o preço da diária. Nesta visão, o turista é um consumidor dos recursos turísticos.

Perspectivas Socioculturais

Na compreensão sociológica, segundo Framke (2002, como citado em Flores & Mendes, 2014), o destino turístico é apresentado como o resultado da prática social, onde cada actividade acontece em um lugar, e essas actividades formam o lugar. Mudanças de actividade alteram o carácter espacial de um lugar, ou seja, a sua estrutura, o conteúdo, o significado e o tamanho.

A antropologia discutida por Graburn e Moore (1994, como citados em Flores & Mendes, 2014) estuda as diferenças e semelhanças da cultura das pessoas e povos no tempo, buscando compreender o processo de mudança ambiental, inovação e conflitos intraculturais. O interesse pelo turismo é provocado pela movimentação dos turistas que impactam na variação intracultural, ou seja, a diferenciação dentro de culturas como etnia, género, classe e idade; bem como os impactos sobre a cultura expressiva, particularmente as artes étnicas que se tornam mercadorias para o comércio turístico.

Perspectivas da Psicologia

Na perspectiva da psicologia, há duas visões em seu estudo: micro e macro. A primeira foi descrita por Ross (1998, como citado em Flores & Mendes, 2014) e está relacionada com a psicologia do indivíduo e sua aplicação para a compreensão do comportamento e motivação dos turistas, da personalidade e atitudes do turista e a percepção turística do meio ambiente. Já a macro abrange o estudo da sociedade e das organizações do turismo, envolvendo contextos sociais, comunitários e de conceitualizações do trabalho, bem como a gestão destes contextos sociais, como marketing, recursos humanos, recursos turísticos, avaliação de instalações e os impactos sociais do turismo sobre as comunidades anfitriãs.

Kastenholz et al. (2012) defendem que a experiência do turismo é co-criada e vivida por vários agentes do destino: os turistas, os provedores de serviços da população e turismo locais. Os turistas assumem um papel activo na definição de sua experiência, iniciando o processo buscando informações sobre a viagem, imaginando actividades e activando a rede de serviços disponíveis no destino. Com isso, segundo os autores, modifica-se o conceito de destino e um dos maiores desafios para os gestores está em fornecer experiências de alta qualidade e a satisfação dos diversos segmentos turísticos.

Perspectivas da Gestão

As perspectivas da gestão do turismo são caracterizadas, segundo Mendes (2004), por duas abordagens: a primeira, identificando a necessidade de comercializar o produto-destino, de modo a atrair visitantes suficientes para sustentar as actividades de negócios do turismo; e a segunda, pela adopção de métodos administrativos para assegurar formas benéficas de turismo. Durante esta fase de gestão, as autoridades turísticas começam a tomar decisões proactivas sobre as facilidades que irão oferecer, tentando antecipar as procuras e mudanças de interesses dos visitantes e tentando influenciar as suas experiências, principalmente o planeamento de destino.

Dos impactos

Impactos Económicos

Na actualidade, o turismo não é entendido somente como uma actividade de lazer ligada ao ócio e à recreação. É uma actividade económica, que gera empregos e tem o poder de transformar lugares inteiros, alterando o cotidiano das comunidades onde ele se insere, e, de certa forma, suas tradições, costumes e atitudes. Segundo

Lickorish e Jenkins (1997/2000), os impactos na economia de uma localidade podem ser relacionados em quatro níveis: ganhos de câmbio exterior; contribuições realizadas às receitas do governo; geração de trabalho e renda; e estímulo ao desenvolvimento regional em níveis subnacionais. Com exceção dos ganhos de câmbio exterior, os demais benefícios podem ser obtidos também com a exploração do turismo doméstico.

Conforme Krippendorf (2000), o turismo oportuniza-se da virtude humana, quando ocorre a hospitalidade, desde os primórdios históricos, para torná-la um negócio. É possível compreender a importância que normalmente é dada ao benefício econômico que o turismo traz às localidades receptoras.

Descrevem MacIntosh e Goeldner (1999) que há, no entanto, aspectos negativos, quando há dependência excessiva de dado município em relação à actividade turística, pois, na maioria das vezes, a actividade se desenvolve de maneira sazonal, podendo haver dependência de capital estrangeiro ou, ainda, presença de especulação imobiliária, o que acaba resultando em aumento no custo de vida.

O ponto em comum entre os autores é que o turismo pode ser considerado como gerador de trabalho e renda às localidades receptoras, proporcionando o desenvolvimento destas, mas, ao mesmo tempo, podendo ocasionar dependência excessiva da actividade, significando prejuízo diante da sazonalidade da actividade, e ainda sujeita a variação nos fluxos de turistas quando há riscos de conflitos, como guerras, catástrofes, mudanças climáticas, inclusive modismo de destinos turísticos, entre outros.

Impactos Sociais

Segundo Cruz (2001), o turismo é, antes de tudo, uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território, e que tem no espaço geográfico seu principal objecto de consumo. Os impactos sociais estão relacionados com os benefícios que o turismo pode propiciar às localidades receptoras, como melhoria da qualidade de vida, simetria na distribuição de renda e, por consequência, desenvolvimento social.

Impactos sociais negativos também estão muito próximos dos económicos, como especulação imobiliária que dificulta a capacidade da população local possuir residência própria na região provocada pelas altas de preços praticadas no mercado. Outros impactos sociais negativos, segundo MacIntosh e Goeldner (1999), são: a possibilidade de ocorrência de prostituição, maior incidência de alcoolismo, o chamado “efeito demonstração” que faz surgir o interesse dos autóctones por consumir bens, tais como os turistas realizam, mesmo se ainda não houvesse necessidade para isso, e aumento do índice de violência.

Impactos Culturais

Segundo Boullon (1999), a cultura de um lugar é resultado das manifestações humanas, dentre as quais destacamos: monumentos, lugares culturais, edificações, artefactos artesanais e obras de arte, idiomas, dialectos, sotaques, expressões, mentalidade, hospitalidade, modo de vida (usos e costumes), religiosidade, música, atitudes (cortesias e cordialidade), maneiras de agir e vestir, danças, arte dramática, entre outros.

Barretto (2007) ressalta que os impactos positivos estão relacionados com o facto de a cultura possuir dinamicidade, isto é, a cultura não retrata uma fotografia do passado. Ela representa a manifestação de um dado povo, sua identidade, seu território. É uma teia de significados. Já conforme Ryan (2002), os impactos culturais negativos podem ser apontados a partir da perda de identidade, ou, então, da espectacularização da cultura local, no sentido de teatralização do moralmente correcto às vistas da chamada cultura hegemónica dominante.

Impactos Ambientais

No turismo em áreas naturais é possível identificar todos os componentes que possuem elementos oriundos da natureza. Como impacto positivo, Lickorish e Jenkins (1997/2000) e Sampaio et al. (2008) salientam que o património natural intrínseco a esta modalidade torna-se elemento de identidade e, por sua vez, de atractividade. No entanto, a infraestrutura para visita e contemplação pode sofrer impacto negativo quando está sujeita à ingerência humana, sob diversas formas, como acúmulo de lixo, iluminação inadequada, especulação imobiliária e visitas massivas.

Moçambique Como Roteiro Turístico Internacional

Moçambique situa-se na costa oriental de África. Possui uma superfície de 799.390 km², sendo 786.390 km² de terra firme e 13.000 km² de águas interiores. Faz fronteira com a Tanzânia, o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, África do Sul e Suazilândia; e a leste com o Oceano Índico, compreendendo uma extensão de 2.600 km e uma fronteira terrestre de 4.330 km.

A agricultura é a actividade predominante, ocupando 37,3%; a indústria 22,7%; a mineração 0,2%; a construção 0,13%; o comércio, a administração e serviços 17,1%. Como principais indústrias, a alimentícia (refino de açúcar, processamento da castanha de caju e do trigo); área têxtil; cimento; fertilizantes; implementos agrícolas; vidro; cerâmica; pneus e equipamentos ferroviários. Possui como recursos minerais: energia hidroelétrica, gás, carvão mineral e madeiras. Como produtos de exportação destacam-se: camarão, algodão, castanha de caju, açúcar, chá e copra. O português é a língua oficial, língua de unidade nacional. Entretanto, existem 13 línguas nacionais.

Maputo é a capital e a maior cidade e está localizada no sul do país, na margem ocidental da Baía de Maputo. Faz limite com o distrito de Marracuene, município da Matola, município de Boane, e o distrito de Matutuíne.

O Turismo em Moçambique

O turismo em Moçambique representa um potencial para o crescimento do seu produto interno bruto (PIB)¹. Segundo o Governo de Moçambique (s.d.), Moçambique possui praias com águas limpas, muito apropriadas para a prática de turismo, principalmente

¹ O PIB representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um período determinado. O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objectivo de quantificar a actividade económica de uma região.

as que se encontram muito distantes de centros urbanos, como as da província de Cabo Delgado, com destaque para as ilhas Quirimbas, e da província de Inhambane, com destaque para o Arquipélago de Bazaruto. O país tem ainda parques nacionais, destacando o Parque Nacional da Gorongosa.

A Tabela 1 apresenta, de acordo com o projecto *Um Olhar Sobre o Turismo em Moçambique* (OSTM; Projecto OSTM, 2018), as regiões que melhor oferecem oportunidades para a realização do turismo em Moçambique.

Tabela 1

Regiões turísticas de Moçambique.

Fonte. Projecto OSTM, 2018.

Regiões	Descrição
Sul: províncias de Maputo, Maputo cidade, Gaza, Inhambane	<p>Possui níveis consideravelmente elevados de desenvolvimento e detém a melhor infraestrutura de todo o país, onde se concentra o turismo.</p> <p>O turismo de negócios concentra-se em Maputo-cidade, e a norte da província de Inhambane existem infraestruturas para os que frequentam as praias e outros locais adjacentes. O turismo de lazer progride satisfatoriamente em várias partes das províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, com destaque a província de Inhambane (Vilanculos e Bazaruto).</p>
Centro: províncias de Sofala, Manica, Tete	<p>A principal atracção são os animais exóticos existentes nas zonas de conservação e preservação de espécies selvagens, sendo que a natureza e negócios fornecem uma excelente base para o turismo. Os sinais de recuperação das espécies e dos animais de pequeno porte são visíveis com a reposição das reservas.</p> <p>O Parque Nacional de Gorongosa é uma das reservas mais famosas da África austral e a caça nas cotadas do centro figurava entre as melhores do mundo. Esta região conta com a reserva de búfalos de Marromeu.</p> <p>A cidade da Beira é a segunda cidade de Moçambique e um centro económico de importância regional. O seu porto desempenha um papel importante na ligação de Moçambique com o Zimbabwe e outros países vizinhos.</p>
Norte: províncias de Cabo Delgado, Nampula, Niassa e Zambézia	<p>A região tem produtos turísticos que carecem de exploração: hotéis, pousadas, parques de campismo, dentre outros tipos de estâncias turísticas.</p> <p>Destacam-se aqui as ilhas de Moçambique (declarado património mundial da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [Unesco]) e do Ibo, o arquipélago das Quirimbas, a selva intacta e extensa da Reserva do Niassa e a biodiversidade única do Lago Niassa. O corredor de Nacala é um dos catalisadores importantes do desenvolvimento da região: liga Nacala e Nampula ao Lago Niassa e ao Malawi pelas vias aéreas, rodoviária e lacustre.</p>

As Políticas Públicas do Turismo em Moçambique

Segundo Teixeira (2002), no desenvolvimento de qualquer actividade, num determinando espaço geográfico, é fundamental a existência de políticas públicas. Conforme suas palavras, políticas públicas “são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre actores da sociedade e do Estado” (Teixeira, 2002, p. 2).

Corroborando com o pensamento acima, Araújo (2010) salienta que políticas públicas são leis e estratégias criadas para beneficiar uma população, onde são feitos planos de novos projectos em prol de melhorias que venham a beneficiar economicamente uma sociedade, criando novas infraestruturas, serviços, e contribuindo, sobretudo, na geração de emprego e na melhoria de vida social.

Assim, desde a data da proclamação da independência nacional de Moçambique, o governo mostrou preocupação com o desenvolvimento económico do país, em particular do turismo, pelo que foram elaborados e publicados, na escala local, provincial e nacional, vários projectos, programas, leis, decretos, dentre outros instrumentos públicos, com o objectivo de impulsionar o desenvolvimento desta actividade.

Na Tabela 2, pode-se vislumbrar algumas das políticas públicas do turismo criadas, directa ou indirectamente, para impulsionar o desenvolvimento da actividade turística desde a independência.

Título	Objectivo	Período
Regulamento de transportes em automóveis. Decreto n.º 24/1989 de 08 de Agosto	Regulamentar os transportes em automóveis tendo em conta a actual estrutura administrativa e exigência política, económica e social da República Popular de Moçambique.	1989
Jogos de diversão social. Lei n.º 9/1994 de 14/9	Institucionalizar a prática de jogos com carácter eminentemente social.	1994
Resolução n.º 10/1995 de 17/10	Aprovar a Política Nacional de Terras e as respectivas estratégias de implementação.	1996
Política e estratégia desenvolvimento de florestas e fauna bravia. Resolução n.º 8/1997 de 1/04	Geração de benefícios económicos e sociais da actual e futura geração; envolvimento de pessoas dependentes dos recursos florestais na planificação e seu aproveitamento sustentável; e conservação dos recursos de base, incluindo a diversidade biológica.	1997
Projecto MOZBIO - Políticas de salvaguarda	Conservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais nas áreas de conservação transfronteiriça e a promoção do crescimento e desenvolvimento económico, baseado no uso sustentável de recursos naturais nas comunidades locais, com particular ênfase no ecoturismo.	1997
Decreto Presidencial n.º 1/2000, de 17/1	Extingue o Ministério de Indústria, Comércio e Turismo e cria o Ministério do Turismo.	2000
Política de Turismo e Estratégia da sua Implementação	Impulsionar a promoção e desenvolvimento do turismo como motor de crescimento e no engajamento dos sectores públicos e privados, bem como das comunidades em tornar a oferta de serviços, nesta área, uma realidade.	2003
Lei do Turismo n.º 4/2004 de 17 de junho	Estabelece o quadro legal para o fomento e exercício das actividades turísticas.	2004

Tabela 2
Políticas públicas do turismo.

Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004–2013)	Fixar prioridades específicas, definir produtos e mercados, identificar áreas prioritárias para o investimento em turismo e focalizar os recursos necessários.	2004
Regulamento de alojamento turístico, restauração e bebidas. Decreto n.º 40/2005 de 30/8	Reger as condições e procedimentos para licenciamento e funcionamento das actividades turísticas de alojamento turístico e restauração e bebidas.	2005
Regulamento das agências de viagem e turismo e profissionais de informação turística. Decreto n.º 41/2007 de 30/8	Reger o licenciamento e o funcionamento das agências de viagem e turismo bem como a autorização do exercício da actividade profissional de informação turística.	2005
Regulamento do mergulho amador. Decreto n.º 44/2006 de 29/11	Estabelecer normas relativas ao exercício da actividade de mergulho amador nas águas jurisdicionais moçambicanas.	2006
Regulamento de alojamento turístico, restauração e bebidas e salas de dança. Decreto n.º 18/2007 de 07/8	Reger as condições e procedimentos para o licenciamento e funcionamento das actividades turísticas bem como o sistema de classificação, incluindo o órgão regulador e de gestão, o cadastro e o sistema de informação.	2007
Regulamento de direito de habitação periódica. Decreto n.º 39/2007 de 24/8	Estabelecer o regime jurídico aplicável a constituição, exercício, transmissão e extensão dos direitos de habitação periódica, assim como definir as normas e procedimentos para o licenciamento de empreendimentos turísticos e imobiliários em regime de habitação periódica.	2007
Regulamento de animação turística. Decreto n.º 40/2007 de 24/8	Estabelecer o regime jurídico aplicável ao exercício da actividade de animação turística.	2007
Regulamento de transportes turísticos. Decreto n.º 41/2007 de 24/8	Estabelecer o regime jurídico aplicável ao exercício da actividade de transportes turísticos.	2007
Regulamento das zonas de interesse turístico. Decreto n.º 77/2009 de 15/12	Estabelecer o regime jurídico da declaração das zonas de interesse turístico e fixa os seus efeitos, sem prejuízo das normas específicas estabelecidas na declaração de cada zona.	2009
Regulamento da lei de jogos de fortuna ou azar. Decreto n.º 64/2010 de 31/12	Regulamentar a lei n.º I / 2010, de 10 de fevereiro.	2010
Regulamento de alojamento turístico, restauração e bebidas e salas de dança. Decreto n.º 18/2007 de 07/8	Reger as condições e procedimentos para o licenciamento e funcionamento das actividades turísticas, bem como o sistema de classificação, incluindo o órgão regulador e de gestão, o cadastro e o sistema de informação.	2014

Segundo o *Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Turismo em Moçambique* (2004–2013), o crescimento do turismo no país prevê 2025 como o ano para a efectividade do setor.

Até ao ano 2025, Moçambique será o destino turístico mais vibrante, dinâmico e exótico de África, acolhendo mais de 4 milhões de turistas por ano.

“As áreas de conservação constituem parte integrante do produto turístico e os seus benefícios darão um contributo significativo para o PIB, trazendo riqueza e prosperidade para as comunidades do país” (República de Moçambique Ministério do Turismo, 2004, p. 50).

Considerações Finais

Tendo como tema de estudo deste artigo explorações e impactos do turismo – Moçambique como roteiro turístico internacional –, encontramos na literatura várias abordagens sobre o turismo que possuem perspectivas diferentes sobre o destino turístico, que criaram paradigmas e em seguida sofreram modificações e foram adaptadas às mudanças rápidas do ambiente e do comportamento do consumidor do turismo – o turista.

Incorporamos nossa contribuição da visão integrada do destino turístico, descrevendo o destino como um sistema onde o turista vivenciará a sua experiência, sem fronteiras, cujo conteúdo é co-criado, onde deve haver cooperação e redes de empresas públicas e privadas, para a realização de uma experiência de excelência. Esta visão integrada é sustentada e sofre a influência das transformações do ambiente de negócios, do mundo globalizado, das tecnologias de comunicação e da informação, que influenciam os grupos socioterritoriais onde estão os turistas e residentes. Isso exige uma melhor compreensão do destino como um sistema integrado, flexível e adaptado às demandas.

Dessa forma, concluímos que, apesar de todas as abordagens serem úteis e complementares para se compreender de uma forma integrada a realidade que consubstancia o destino turístico, é a perspectiva dos turistas que deve prevalecer para a formatação do conceito.

O desempenho que o turismo pode agregar a uma localidade é imensurável, consegue fazer girar a economia e mudar alguns aspectos locais. Por meio desta actividade, é possível expandir e fortalecer o mercado interno, principalmente, melhorar o desempenho económico, social e ambiental. Em Moçambique, o turismo vem sendo utilizado como meio para o desenvolvimento da população local, pois, por suas características físicas e bióticas e pelo seu contexto histórico, o país possui potencial para o desenvolvimento da actividade turística, facto que obrigou as autoridades públicas a definirem um plano de acção para o sector, na perspectiva de alcançar resultados positivos até 2025, que permitam o desenvolvimento de uma actividade sustentável e atractiva.

Concluindo, a exploração do turismo constitui uma das alternativas diferentes nos seus aspectos naturais, sociais e locais por meio da experiência e saberes entre visitantes e população, proporcionando benefício mútuo, onde os turistas deixam suas experiências e adquirem novas culturas, fazendo dessa actividade um acto prazeroso.

Referências

- Araújo, S. C. de. (2010). *Desenvolvimento endógeno e turismo comunitário: A comunidade cachoeira*. Monografias Brasil Escola. <http://monografias.brasilecola.com/turismo/desenvolvimento-endogeno-turismo-comunitario-comunidade-cachoeira-nova.htm>
- Banducci, Á., Jr., & Barretto, M. (Eds.). (2001). *Turismo e identidade local: Uma visão antropológica*. Papirus.
- Barretto, M. (2007). *Cultura e turismo: Discussões contemporâneas*. Papirus.
- Bobbio, N. (2004). *Estado, governo, sociedade. Para uma teoria geral da política* (M. A. Nogueira, Trad.). Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1988)
- Boullon, R. (1999). *Planificación del espacio turístico*. Trillas.
- Castells, M. (2000). *O poder da identidade* (K. B. Gerhardt, Trad.). Paz e terra.
- Cruz, R. de C. A. de. (2001). *Introdução à geografia do turismo*. Roca.
- Flores, L. C. S., & Mendes, J. C. (2014). Perspectivas do destino turístico: Repensando o sentido do conceito. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 8(2), 222-237. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v8i2.717>
- Geertz, C. (2018). *O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa* (V. M. Joscelyne, Trad.). Vozes. (Trabalho original publicado em 1997)
- Kastenholz, E., Carneiro, M. J., Marques, C. P., & Lima, J. (2012). Understanding and managing the rural tourism experience – The case of a historical village in Portugal. *Tourism Management Perspectives*, 4, 207-214. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2012.08.009>
- Krippendorf, J. (2000). *Sociologia do turismo: Para uma nova compreensão das viagens*. Hucitec.
- Lickorish, L., & Jenkins, C. (2000). *Introdução ao turismo*. Campus. (Trabalho original publicado em 1997)
- MacIntosh, R. W., & Goeldner, C. C. (1999). *Tourism: Principles, practices, philosophies*. Bookman.
- Mendes, J. C. (2004). *Gestão da qualidade nos destinos turísticos: O caso português* [Tese de doutoramento, Universidade do Algarve]. Sapientia. <http://hdl.handle.net/10400.1/11034>
- Moesch, M. (2002). *A produção do saber turístico*. Contexto.
- Governo de Moçambique. (s.d.). *Zonas de atracções turísticas*. Portal do Governo de Moçambique. <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Cidadao/Informacao/Turismo/Zonas-de-atraccoes-turisticas>
- Projecto OSTM. (2018). *Turismo em Moçambique*. http://projectoostm.freevar.com/index_ficheiros/Page2141.htm
- República de Moçambique Ministério do Turismo. (2004). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Turismo em Moçambique (2004-2013)*. https://www.cplp.org/Files/Billeder/turismo/Plano_Estrategico_pt_MITUR.pdf
- Ryan, C. (2002). Tourism and cultural proximity: Examples from New Zealand. *Annals of Tourism Research*, 29(4), 952-971. [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(02\)00006-3](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(02)00006-3)
- Sampaio, C. A. C., Lenz, T. C. Z., Henríquez, Z. C., & Oyarzún, E. M. (2008). Pensando el concepto de turismo comunitario a partir de experiencias brasileñas, chilenas y costarricenseña. In *Anais do Congresso de Investigadores en Turismo de Chile*.
- Teixeira, E. C. (2002). *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf